

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

DOSSIER PRESENTATION

PRESENTACIÓN DEL DOSSIER

### Educação e Comportamento Político

O debate em torno da formação e da transformação dos comportamentos políticos de indivíduos e grupos na última década, no Brasil e no mundo, passa necessariamente pela consideração de dois fenômenos centrais: o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, que distanciou ainda mais os ricos e os mais pobres e miseráveis; e a ampliação dos ataques aos regimes democráticos, materializados no crescimento de grupos, organizações e partidos ultraconservadores e de extrema direita. Em alguma medida, esses dois fenômenos se relacionam, sobretudo no que diz respeito à capacidade e/ou às limitações de os governos democráticos oferecerem soluções eficientes para diferentes demandas da sociedade, como a criação de emprego e a diminuição da pobreza, a oferta de educação e saúde, o acesso a moradia e qualidade de vida, a proteção do meio ambiente, o combate à violência e ao crime organizado e a garantia dos direitos das minorias e da liberdade religiosa. No entanto, é importante destacar que, embora a avaliação dos cidadãos sobre a qualidade do funcionamento das instituições democráticas tenha grande relevância, não é possível explicar a adesão ou a rejeição aos valores e ritos democráticos somente por essa dimensão, visto que variáveis como escolaridade, posição social, renda, sexo, categoria profissional, assim como acontecimentos políticos e econômicos nacionais ou locais também constituem dimensões imprescindíveis para a compreensão do modo como as pessoas percebem e reagem aos acontecimentos políticos.

Nesse sentido, em primeiro lugar, vale a pena destacar as diferentes dimensões desse fenômeno que, de acordo com Bréchon (2006), poderiam ser assim divididas: 1) **opiniões políticas** estão relacionadas às ideias, como afirmações ou comentários sobre um dado assunto ou uma tomada de posição sobre um debate em curso na sociedade; 2) **comportamentos políticos**, por sua vez, referem-se a atos relacionados à política, como o voto ou a participação em determinados movimentos; e, finalmente, 3) **atitudes políticas** referem-se a uma disposição mais geral, perene e profunda do que as duas dimensões anteriores, constituindo um conjunto de orientações e disposições interiorizadas pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias, que sustentam ou embasam suas opiniões e comportamentos. O desafio para a compreensão dessas distintas dimensões dos modos como as pessoas se relacionam com a política se expressa, sobretudo, pela necessidade de estudos que considerem, de um lado, os processos de formação e as características dos sistemas de crenças interiorizados ao longo das etapas da vida em diferentes instâncias socializadoras; e, de outro, os efeitos produzidos por horizontes de expectativas (mais ou menos alargados ou estreitados) em períodos históricos específicos, em função de uma dada organização econômica, política e social.

**Contudo, que mecanismos concretos (e passíveis de serem observados e analisados) poderiam, enfim, explicar o complexo processo de formação das opiniões, comportamentos e atitudes políticas?** Este dossiê pretende contribuir para responder a essa questão por meio da discussão dos efeitos de diferentes instâncias e processos educativos sobre a constituição dos comportamentos políticos de indivíduos e grupos.

Assim, partimos da premissa de que os modos como indivíduos e grupos apreendem e reagem aos eventos de ordem política são, entre outros fatores explicativos, também resultado do trabalho (minucioso e denso) de inúmeras instâncias socializadoras (família, escola, trabalho, igreja, universidade, espaços associativos, mídias, Internet etc.), responsáveis pela transmissão e a formação dos quadros de percepção e avaliação do mundo social e, portanto, também das opiniões, das atitudes e dos comportamentos políticos ou em relação à política – considerando, evidentemente, que tais processos formativos são diretamente determinados (intencionalmente ou não) pelos contextos nos quais se desenvolvem e pelos desafios aos quais se dirigem (TOMIZAKI; CARVAHO-SILVA; SILVA, 2016).

Assim, dado que opiniões, atitudes e comportamentos políticos de indivíduos ou grupos são resultado da combinação de um complexo conjunto de variáveis de caráter macro e microssocial, que se expressam objetiva e subjetivamente, nesta publicação apresentaremos, por meio da contribuição de pesquisadores(as) de diferentes áreas do conhecimento e com diversificadas abordagens teórico-metodológicas, uma discussão ampla e densa sobre o papel dos processos educativos na constituição dos valores, das práticas e dos quadros de percepção e avaliação do mundo que sustentam os comportamentos políticos, o que resultou em um conjunto de trabalhos que pode ser dividido em dois eixos temáticos: *Efeitos da Escolarização, Comportamentos Políticos e Adesão à Democracia e Politização e Engajamentos Políticos*.

No primeiro eixo, *Efeitos da Escolarização, Comportamentos Políticos e Adesão à Democracia*, encontraremos, primeiramente, o artigo de Kimi Tomizaki e Maria Gilvania Valdivino Silva, “**Dinâmica Geracional, Posições Sociais e Comportamento Político**”, no qual as pesquisadoras, a partir do diálogo com autores como Pierre Bourdieu, Annick Percheron e Anne Muxel, bem como com a produção bibliográfica brasileira da última década sobre o tema, discutem, em uma perspectiva teórica com implicações metodológicas, como a formação e a transformação de opiniões, comportamentos e atitudes políticas podem estar relacionadas à realização ou frustração de projetos intergeracionais de transmissão e herança de posições sociais, o que é vivenciado de modo diverso ao longo das diferentes etapas da vida. Inserindo tal discussão no âmbito das relações intergeracionais, as autoras radicalizam a ideia de que os comportamentos políticos são o resultado de uma complexa transação entre as disposições assimiladas ao longo da vida e os desafios que se apresentam em conjunturas específicas, o que se desdobra, por sua vez, em processos de ressocialização e reflexividade fundados nas avaliações (conscientes e inconscientes) do momento presente, bem como das possibilidades e limites de se constituir projetos para o futuro.

Posteriormente, Julian Borba e Ednaldo Aparecido Ribeiro, no artigo “**Adesão à Democracia e Educação Escolar no Brasil (1989–2018): Considerações a partir das Teorias da Legitimidade Política**”, analisam como as teorias da legitimidade política discutem de modo diverso a correlação entre longevidade institucional, escolarização e apoio aos regimes democráticos, com ênfase sobre os efeitos da educação escolar no processo de adesão à democracia entre 1989 e 2018, no Brasil. Assim, os autores, por meio da combinação de dados de pesquisas de opinião de diferentes institutos nacionais e internacionais sobre o Brasil, além do uso de técnicas de análises de séries temporais e modelos logísticos, indicam que não há evidências de ampliação do apoio à democracia entre os(as) brasileiros(as) no período estudado. Além disso, apontam que fatores de curto prazo podem interferir no apoio e na satisfação com o regime democrático e, finalmente, que os efeitos da escolaridade sobre as atitudes democráticas se mantiveram relevantes. O estudo ressalta ainda a importância de uma agenda de pesquisas sobre a qualidade da democracia no Brasil, visto que a formação de cidadãos mais competentes e aderentes à democracia requer mais que o funcionamento ininterrupto das instituições democráticas, exigindo, também, que essas sejam responsivas, transparentes e eficientes. Além disso, os autores demonstram a necessidade de estratégias que minimizem os efeitos das desigualdades no quadro educacional brasileiro para que alcancemos maior apoio democrático entre os(as) brasileiros(as).

Ainda a respeito dos efeitos da educação escolar sobre os comportamentos políticos, Rogério Schlegel, no artigo **“Impactos Políticos da Educação: da Aposta no Novo Cidadão à Eleição de Bolsonaro”**, lançando mão dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), discute como as eleições presidenciais de 2018, no Brasil, contradizem a expectativa da literatura sobre o populismo de direita, que deveria atrair menos votos entre os eleitores mais escolarizados. Considerando o impacto da escolaridade no comportamento político, foi investigada a hipótese de que os retornos políticos da educação brasileira possam ter decrescido no tempo, a ponto de não se fazerem notar nessa eleição. O estudo revelou, no entanto, que, em três dimensões do apoio democrático avaliadas no artigo, não se registrou perda da influência da escolaridade no comportamento político individual ao longo do tempo; somente em relação à disposição de votar caso não houvesse obrigatoriedade, os níveis de escolaridade deixaram de diferenciar os cidadãos. Nesse sentido, o autor destaca que os abalos na adesão democrática que têm atingido os brasileiros mais escolarizados podem estar relacionados às críticas em relação às instituições (motivados pela operação Lava Jato, por exemplo); bem como o voto dos “economicamente incluídos” em Bolsonaro pode ter conexão com uma reação aos valores progressistas, como respeito às minorias e à diversidade étnico-racial, mais do que a motivações econômicas.

Finalmente, este primeiro eixo de discussão é concluído com o artigo **“Educação, Estruturação Ideológica, Suporte por Políticas Sociais e Escolha Eleitoral”**, de Diogo Ferrari, que apresenta dados de uma investigação sobre como a educação afeta a estruturação das atitudes em relação a políticas sociais, bem como os efeitos dessa estruturação sobre o voto em partidos de diferentes filiações ideológicas. Para tanto, é feita uma análise de dados obtidos por meio de *surveys* realizados, em 2016, em mais de trinta países da Europa, da Ásia e das Américas, os quais apontam que o nível de escolarização afeta atitudes e comportamentos políticos, favorecendo a congruência entre a direção ideológica do voto e a estruturação ideológica das atitudes, particularmente entre os cidadãos de escolaridade mais alta.

O segundo eixo, *Politização e Engajamentos Políticos*, inicia-se com o artigo **“Socialização Política Desigual: Elementos da ‘Boa’ Politização pela Escola”**, no qual Lorenzo Barrault-Stella, baseando-se em pesquisas etnográficas sobre a participação de pais e mães de diferentes estratos sociais nas escolas francesas, discute como a instituição escolar pode moldar os padrões de percepção e as disposições políticas dos pais, contribuindo, por sua vez, com a politização ou a despolitização desse grupo. Os dados das pesquisas utilizadas indicam que esses processos de socialização política vivenciados nas escolas são marcados pelas desigualdades sociais e econômicas das famílias, sustentando-se sobre as trajetórias escolares e as prescrições da instituição escolar. Assim, os pais com melhores recursos (financeiros, culturais e escolares) e mais engajados na escola tendem a responder melhor às expectativas institucionais, enquanto os pais dos meios populares se mostram “desajustados” em relação à dinâmica escolar, o que pode conduzir a desengajamentos, posturas de ceticismo político ou mesmo à aproximação com discursos da extrema direita.

Na sequência, Jaime Santos Junior e Marilda Aparecida de Menezes analisam, no artigo **“Histórias de Mulheres Militantes na Perspectiva dos(as) Filhos(as): (Des)engajamentos Políticos”**, a partir das narrativas biográficas de duas mulheres, os processos de transmissão e aprendizado das memórias da militância política de mulheres metalúrgicas militantes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), entre as décadas de 1970 e 1990. A análise desses processos de transmissão no interior das famílias tem por objetivo compreender não apenas a perenidade da memória da militância, mas, sobretudo, como ela é recebida e reinterpretada pelas novas gerações. Os resultados apontam “fraturas” nos modos como as novas gerações se apropriam da memória de luta da geração anterior, bem como em relação ao engajamento político, em um contexto histórico muito diverso. Assim, os(as) filhos(a) permitiriam o diálogo geracional da memória das lutas políticas de suas mães, porém com certo distanciamento crítico, reconhecendo os esforços dessas mulheres, mas reinterpretando sua militância com outras chaves explicativas.

Os dois últimos artigos desse eixo discutem experiências de engajamento juvenil no Brasil e na Argentina. No artigo **“Ocupações Secundaristas em Minas Gerais: Subjetivação Política e Trajetórias”**, Luís Antonio Groppo e Mara Aline Oliveira discutem, a partir da análise das experiências de catorze estudantes, a dimensão educativa da participação de jovens no movimento de ocupações de escolas públicas de Ensino Médio, em 2016, no sul de Minas Gerais, como um processo de formação de sujeitos políticos, lançando mão da noção de subjetivação política, no sentido cunhado por Jacques Rancière. A análise das trajetórias dos(as) estudantes indica que, apesar da constatação de que houve poucos engajamentos posteriores em organizações políticas, foi possível verificar a prontidão desses jovens para a participação política e a conversão das experiências da ocupação em posturas e práticas progressistas no trabalho, na família e na cultura. Além disso, o movimento de ocupação de escolas propiciou processos de formação política que dificilmente teriam sido vivenciados por esses jovens, permitindo, assim, a abertura de novas perspectivas e chaves interpretativas do mundo e de suas próprias vidas.

No artigo **“Demandas, Áreas e Fronteiras na Participação dos Estudantes em Escolas Secundárias na Cidade de Buenos Aires”**, Pedro Núñez, Rafael Blanco, Melina Vázquez e Pablo Vommaro analisam as experiências de participação política de estudantes de quatro escolas secundárias com diferentes perfis socioeconômicos e institucionais da cidade de Buenos Aires (Argentina), por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, com uso da técnica de grupos focais. A pesquisa que deu origem ao artigo indica a persistência de formatos tradicionais de protesto, juntamente com o surgimento de ações do tipo performático. Em relação às agendas e demandas, destacam-se a centralidade da oposição às políticas educacionais implementadas pelo governo local, as demandas por melhorias na infraestrutura escolar e a politização transversal de dimensões como gênero, sexualidade, diversidade e dissidência na busca de políticas de reconhecimento.

## Referências

BRÉCHON, P. Valeurs de gauche, valeurs de droite et identités religieuses en Europe. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 47, n. 4, p. 725-753, 2006. <https://doi.org/10.3917/rfs.474.0725>

TOMIZAKI, K.; CARVALHO-SILVA, H. H.; SILVA, M. G. V. Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 935-954, 2016. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302016166488>

KIMI TOMIZAKI<sup>1</sup>   
MARIA GILVANIA VALDIVINO SILVA<sup>2</sup>   
Organizadoras

1. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil. E-mail: kimi@usp.br

2. Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa, Portugal. E-mail: maria.gilvania@iscte-iul.pt